



Plano Municipal da Juventude

2025-2030



Câmara Municipal
**CASTELO
BRANCO**

Ficha Técnica

Título: Plano Municipal da Juventude

Atribuição e competência: Município de Castelo Branco

Supervisão: Vereação Pelouro da Juventude

Patrícia Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Castelo Branco

Consultoria: UC Business

Equipa de Consultores:

Claudino Ferreira (coord.)

Daniel Francisco

Paulo Peixoto

Suzy Oliveira

Edição: UC Business

Pólo II - Rua Luís Reis dos Santos 290

3030-790 Coimbra, Portugal

Endereço postal:

Câmara Municipal de Castelo Branco

Praça do Município, 6000-458 Castelo Branco

Endereço eletrónico: juventude@cm-castelobranco.pt

Sítio: <http://www.cm-castelobranco.pt>

ISBN 978-972-9139-87-1

Castelo Branco | Agosto de 2025

Índice

Preâmbulo	4
1. Enquadramento	5
Princípios orientadores	
2. Estratégia de Elaboração	11
Etapas e metodologia	
Etapas 1 Mapeamento de boas práticas	12
Etapas 2 Diagnóstico da realidade local	15
Etapas 3 Auscultação e diálogo colaborativo	20
Etapas 4 Consulta pública e revisão do plano	31
3. Eixos estruturantes, Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação	32
Eixo 1 Município participativo	33
Eixo 2 Município qualificado	36
Eixo 3 Município dinâmico	38
Eixo 4 Município com qualidade de via	40
Eixo 5 Município inclusivo	42
Conclusão	45



Preâmbulo

A juventude é uma das maiores forças transformadoras da sociedade. É no entusiasmo, na criatividade e na capacidade de sonhar dos jovens que encontramos a energia necessária para renovar a vida comunitária e enfrentar os desafios do futuro. Castelo Branco orgulha-se de ter uma geração jovem plural, dinâmica e comprometida, que todos os dias contribui para um concelho mais vivo, mais solidário e mais inovador.

O Plano Municipal de Juventude que agora apresentamos nasce desse reconhecimento e da vontade de reforçar o nosso compromisso com os jovens. Não é apenas um documento estratégico: é uma carta de intenções e, sobretudo, um instrumento de ação. É a afirmação clara de que a juventude está no centro das prioridades do Município, não como destinatária passiva de políticas, mas como protagonista ativa do seu próprio futuro.

Este plano resulta de um processo participado e colaborativo, que envolveu escolas, associações, instituições de ensino superior, parceiros sociais e, sobretudo, os jovens do nosso concelho. A sua voz foi escutada, as suas preocupações foram registadas e as suas propostas foram incorporadas. O resultado é um documento que traduz uma visão partilhada para o futuro da juventude em Castelo Branco, construído com os jovens e não apenas para os jovens.

Sabemos que os desafios são grandes: garantir o acesso a uma educação de qualidade, criar condições para a inserção profissional, fomentar o empreendedorismo, assegurar habitação acessível, melhorar a mobilidade, promover estilos de vida saudáveis, combater todas as formas de discriminação e dar voz às diferentes expressões culturais e identitárias. Mas também sabemos que, quando caminhamos lado a lado com os jovens, esses desafios se transformam em oportunidades

de crescimento coletivo.

O Plano Municipal de Juventude de Castelo Branco estrutura-se em cinco eixos estratégicos que abrangem áreas fundamentais da vida juvenil: participação cívica e política; educação e cidadania; emprego, empreendedorismo e criatividade; qualidade de vida e mobilidade; diversidade, equidade e inclusão. Cada eixo traduz compromissos concretos e propostas de ação que visam criar um concelho mais justo, mais aberto e mais preparado para o futuro.

Aos jovens de Castelo Branco, dirigimo-nos com uma mensagem clara: este plano é vosso. Ele é um ponto de partida para novas ideias, novos projetos e novas conquistas. Queremos que se sintam representados e que nele encontrem inspiração para continuar a intervir, a criar, a inovar. Queremos que vejam no Município um aliado e um espaço de oportunidades, onde cada sonho encontra terreno fértil para crescer.

Convidamos-vos a apropriar-se deste plano, a questioná-lo, a transformá-lo e a fazê-lo evoluir. Porque um plano de juventude não pode ser um documento estático: tem de ser dinâmico, flexível e vivo, tal como a própria juventude.

Este é o nosso compromisso: continuar a investir numa política de juventude que valorize cada jovem, sem deixar ninguém para trás, e que faça de Castelo Branco um concelho onde vale a pena ser jovem, viver e construir o futuro.



1. Enquadramento

Princípios Orientadores



1. Enquadramento

Princípios Orientadores

A figura dos Planos Municipais da Juventude (PMJ) representa não apenas um instrumento técnico de planeamento, mas também a expressão formal de um reconhecimento institucional e político profundo: o de que a juventude constitui um grupo social específico, com necessidades, desafios e potenciais singulares, que exigem respostas próprias e diferenciadas. Nas sociedades contemporâneas, marcadas por transformações rápidas — tecnológicas, económicas, sociais e culturais — os jovens enfrentam dilemas particulares no acesso à educação, à formação, ao emprego, à habitação, à mobilidade, à cultura e à participação cívica e política. Essas dificuldades não podem ser entendidas de forma isolada, mas sim num quadro abrangente, interligado e sensível à diversidade das trajetórias juvenis.

Assim, um PMJ parte da convicção de que é necessário adotar estratégias de atuação que contemplem a juventude numa perspetiva ampla e multissetorial, envolvendo áreas tão diversas como a educação, o desporto, a cultura, o empreendedorismo, a inclusão social, a saúde e a sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, reconhece-se que cada território possui realidades próprias e que, por isso, a resposta às necessidades da juventude não pode ser uniforme ou padronizada. Pelo contrário, deve ser sensível às particularidades locais, às especificidades socioculturais de cada comunidade e às condições concretas em que os jovens vivem e constroem os seus percursos.

É neste quadro que os PMJs assumem relevância: ao proporcionarem um espaço de diagnóstico, reflexão e ação concertada, eles permitem

enquadrar políticas públicas mais justas, inclusivas e eficazes, que tenham em conta as vozes, as aspirações e os direitos dos jovens. Este tipo de planeamento constitui, portanto, um compromisso político e social que visa criar condições estruturais para que cada jovem possa sonhar, participar, decidir e desenvolver plenamente os seus projetos de vida, contribuindo em simultâneo para o progresso coletivo e para a coesão da comunidade em que se insere.

É certo que muitos dos constrangimentos e das dificuldades que os jovens hoje enfrentam, e que os inquietam justamente, se enquadram em dinâmicas que ocorrem a escalas mais amplas, como a nacional e a global. Mas é verdade também que, como assinalam todos os documentos orientadores de política pública para a juventude, é à escala local que esses constrangimentos e dificuldades se manifestam de forma concreta, condicionando ou potenciando as opções e as oportunidades reais dos jovens. O Município é, por isso, o contexto privilegiado para o planeamento integrado de estratégias de atuação que, mantendo-se atentas aos desafios colocados pelas dinâmicas que correm em espaços mais amplos, enfrentem numa lógica de proximidade e de diálogo estreito com os jovens e a comunidade local os problemas concretos que afetam as suas condições de vida e os seus projetos de desenvolvimento pessoal.

O Município de Castelo Branco vem há muito tempo desenvolvendo um extenso conjunto de medidas de política pública que tomam as condições e as oportunidades de vida dos jovens munícipes como uma prioridade. Essas medidas decorrem não apenas da intenção de proporcionar aos jovens

condições para que vivam o mais plenamente possível a sua condição de cidadãos e de sujeitos em processo de conquista de autonomia, mas também da consciência de que a vitalidade e o futuro do concelho dependem em larga medida da sua capacidade de manter no território municipal uma população juvenil ativa, dinâmica, qualificada e com projetos de vida transformadores, tanto das suas vidas pessoais, como da vida do território e da comunidade.

Castelo Branco enfrenta atualmente desafios complexos, associados em parte à sua condição descentralizada, num país onde as assimetrias regionais persistem insistentemente e interferem tanto nas oportunidades de vida dos cidadãos, como nas perspetivas de desenvolvimento dos territórios. Contrariar os efeitos negativos dessa condição descentralizada sobre as condições e oportunidades de vida dos jovens é fundamental para assegurar perspetivas de desenvolvimento socioeconómico e sociocultural do concelho.

Na esteira destas preocupações, e dando continuidade à importância atribuída aos jovens nas estratégias locais de desenvolvimento sustentado, o Município de Castelo Branco entendeu ser este o momento certo para avançar na elaboração de um Plano Municipal da Juventude (PMJ-CB). Pretende-se que ele confira maior sentido estratégico, melhor integração sistémica e maior envolvimento dos jovens na definição de políticas públicas dirigidas à promoção das suas condições e oportunidades de vida.

Para a elaboração do PMJ-CB, o Município estabeleceu uma colaboração com a Universidade de Coimbra. Essa colaboração visou assegurar uma adequada sustentação do Plano nas recomendações mais atualizadas a respeito das políticas para a juventude nos contextos nacional e europeu, num diagnóstico criterioso das condições demográficas, socioeconómicas e culturais que

enquadram a vida dos jovens no Município e numa auscultação ampla à comunidade local de jovens, vocacionada para promover o seu envolvimento forte no processo.

Tomou-se como ponto de partida para este processo as boas práticas recomendadas pelos mais relevantes organismos nacionais e europeus que se posicionam relativamente às políticas públicas para a juventude (como, entre outros, a FNAJ, o Conselho Nacional da Juventude, o Conselho da Europa ou a Comissão Europeia) e pelos instrumentos normativos que enquadram nacionalmente a figura do PMJ (a Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018, que aprova o Plano Nacional para a Juventude; e a Lei nº 8/2009, alterada pela Lei nº 6/2012, que regulamenta os Conselhos Municipais de Juventude). Seguiram-se em especial as orientações sistematizadas em dois documentos de referência: a Carta Europeia Revista sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional, do Conselho da Europa (2015), e o Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude, da FNAJ (2019).

Essas recomendações acentuam a necessidade de assentar a definição dos PMJs, por um lado, num rigoroso conhecimento das dinâmicas e das condições socioeconómicas, educativas e culturais que enquadram a condição de vida dos jovens à escala local e, por outro, numa criteriosa sondagem dos principais desafios, necessidades, aspirações e problemas que marcam a sua inserção no território concelhio. Esta última deve ser baseada na auscultação, no envolvimento ativo e na participação ampla dos atores locais com papel relevante na área, com destaque para os próprios jovens, considerados tanto individualmente, na sua qualidade de cidadãos, como coletivamente, no quadro das organizações da sociedade civil que os representam localmente.

A participação ativa dos jovens nos processos de governação local e na construção de estratégias

para lidar com os seus próprios problemas e necessidades não é apenas uma dimensão importante do exercício pleno da sua condição de cidadania. É também um requisito essencial para que essas estratégias resultem justas e eficazes, em benefício da qualidade de vida dos próprios jovens e da vitalidade do território e da comunidade de que eles são agentes decisivos.

Ao lado dos constrangimentos que condicionam o desenvolvimento do território e as oportunidades que os jovens aqui encontram para perseguir as suas aspirações, Castelo Branco apresenta, como os próprios jovens revelam, uma série de virtudes, recursos, capacidades e oportunidades com potencial para fazer do concelho um lugar apetecível para viver, trabalhar e projetar uma vida gratificante. Os jovens do concelho e o tecido associativo que dinamizam são dois desses recursos mais valiosos. Envolvê-los ativamente nos processos de governação e de desenvolvimento do território albacastrense e criar condições para que assumam um compromisso forte com essa participação cidadã é um dos desafios principais a que o PMC-CB procura responder.

O outro grande desafio é o de, nesse quadro, desenhar os caminhos certos para encontrar as melhores respostas às necessidades e aspirações dos jovens, em domínios tão decisivos como a formação, a habitação, a saúde e o bem-estar, a convivialidade, o emprego, a cultura, o desporto, o lazer e os tempos livres, a transição digital, o ambiente ou a sustentabilidade. Na verdade, a condição juvenil não existe desenquadrada de uma realidade local que é múltipla, heterogénea e integrada e que por isso deve ser abordada, para fins de planeamento e ação transformadora, numa perspetiva intersetorial e articulada. O PMJ-CB foi por isso também desenhado em diálogo com outras áreas de intervenção estratégica e outros Planos de Ação que o Município vem promovendo em articulação com a comunidade,

nomeadamente em áreas estruturantes como a Educação, a Igualdade e Não Discriminação, a Ação Social, a Integração de Migrantes, o Emprego e Empreendedorismo Jovens, a Habitação, o Desenvolvimento Sustentável.



Princípios Orientadores da Elaboração do PMJ-CB

● Suportar a preparação do PMJ num rigoroso **diagnóstico** demográfico, socioeconómico e sociocultural das condições de vida e dos fatores que enquadram a formação das oportunidades de vida dos jovens no contexto do Município.

● Perspetivar a juventude como uma **categoria social heterogénea e plural**, que integra jovens com características, modos de inserção social e aspirações diversas.

● **Auscultar os jovens** do Município e promover a sua **participação ativa** na preparação do PMJ-CB e na definição das metas de política pública para a juventude.

● Estabelecer um equilíbrio criterioso entre, de um lado, as **necessidades e os problemas específicos** dos jovens do Município e, do outro, os **desafios emergentes** mais amplos, gerados pelas transformações em curso às escalas nacional e global.

● Conceber os problemas e desafios da juventude do Município, assim como as políticas públicas focadas nela, numa **perspetiva multisetorial e integrada**, colocando em diálogo as diversas áreas que convergem na formação das condições e oportunidades de vida dos jovens.

● Planear as linhas de ação e as metas do PMJ-CB em alinhamento com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.





2. Estratégia de Elaboração

Etapas e Metodologia

2. Estratégia de Elaboração

Etapas e Metodologia

Conduzida no âmbito de uma colaboração entre o Município de Castelo Branco e uma equipa de peritos da Universidade de Coimbra (UC), a preparação do PMJ-CB foi faseada em 4 etapas principais:

- 1) mapeamento de boas práticas;
- 2) diagnóstico demográfico, socioeconómico e cultural do concelho;
- 3) auscultação e envolvimento dos jovens e outros atores locais;
- 4) preparação, consulta e discussão pública do PMJ-CB.

A metodologia seguida nessas várias etapas foi definida em consonância com os princípios orientadores apresentados na secção 1.. Privilegiou, a par de um diálogo constante entre o Município e a equipa da UC e de um trabalho aprofundado de análise documental e estatística, uma imersão forte no terreno, com o objetivo de escutar os jovens e os seus representantes locais, auscultar as suas aspirações e os seus problemas, acolher as suas sugestões e propostas e estimular o seu envolvimento ativo na definição de metas e medidas de política pública para a juventude.



ETAPA 1 | Mapeamento de Boas Práticas

Identificar Orientações e Vetores Estratégicos

A primeira etapa do trabalho foi dedicada a um mapeamento exaustivo de boas práticas às escalas nacional e europeia e a um levantamento das medidas de política pública do Município de Castelo Branco. Visou articular a preparação do PMJ-CB com as orientações programáticas para as políticas de juventude emanadas de organismos nacionais e europeus relevantes, colocando-as em diálogo com as experiências de elaboração de PMJs em outros Municípios portugueses e com as medidas que o Município de Castelo Branco vem já desenvolvendo, nos seus diversos campos de atuação.

O trabalho desenvolvido neste plano, baseado sobretudo numa análise documental exaustiva e em reuniões de trabalho entre a equipa da UC e o Município, permitiu identificar alguns dos princípios e vetores estratégicos que estruturam a elaboração do PMJ-CB.

Um dos planos mais importantes desse ponto de vista é o das lições colhidas na análise conjunta dos documentos de orientação programática sobre políticas de juventude em Portugal e na Europa e dos processos de elaboração de PMJs de outros Municípios, realizada numa perspetiva de benchmarking.

A construção de políticas locais de juventude em Portugal tem vindo a ganhar coerência e ambição com o reforço do quadro estratégico nacional. O Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude (PNPLJ), editado em 2019 pela FNAJ, surge como um referencial para os Municípios, promovendo uma cultura de planeamento integrada, participativa e orientada para resultados. À luz deste plano nacional, a análise de planos municipais já em vigor, como os de Évora, Guimarães, Maia, Porto,

Vila Nova de Gaia, permite identificar boas práticas e modelos inspiradores.

Seguindo linhas de orientação da Carta Europeia Revista sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional (2015) do Conselho da Europa, o PNPLJ defende a territorialização das políticas de juventude com base em princípios de participação, inclusão, sustentabilidade, coesão intergeracional e articulação institucional. Este alinhamento está patente nos PMJs analisados, embora com diferentes graus de maturidade e operacionalização.

A participação jovem surge como traço transversal, destacando-se metodologias inovadoras, como a constituição de bolsas de facilitadores jovens, o uso sistemático de educação não formal, a realização de auscultações amplas e regulares e o recurso a diagnósticos participativos. No domínio da estrutura, todos os planos locais apresentam **eixos temáticos multidimensionais**, com incidência nas áreas recomendadas pelo PNPLJ: educação e formação, emprego e empreendedorismo, participação cívica, saúde e bem-estar, cultura, mobilidade, habitação e sustentabilidade ambiental. A dimensão da monitorização e avaliação, entendida como fundamental pelo PNPLJ, revela-se incipiente na maioria dos planos, sinalizando uma das fragilidades a corrigir. Em termos de envolvimento institucional e articulação em rede, destaca-se a importância das parcerias com escolas, universidades, associações juvenis, IPDJ.

O exercício de benchmarking internacional, por seu turno, mostra que os modelos mais eficazes de políticas locais de juventude noutros países europeus partilham princípios semelhantes

aos preconizados pelo PNPLJ. Países como a Finlândia, a Alemanha ou a Noruega têm apostado fortemente na descentralização das políticas públicas, promovendo a autonomia dos Municípios para desenvolverem estratégias locais com forte ênfase na **participação cívica** e na educação **não formal**.

A cidade de Tampere (Finlândia), por exemplo, instituiu um Parlamento Jovem com poder consultivo direto sobre o orçamento municipal em áreas como cultura e desporto. Na Alemanha, destaca-se o modelo dos Planos de Apoio à Juventude, integrados nos serviços sociais municipais, com base legal sólida. Em cidades como Amesterdão (Países Baixos) e Barcelona (Espanha), observam-se estruturas de planeamento que combinam metodologias participativas com inovação digital, através de plataformas colaborativas online.

Castelo Branco poderá beneficiar destas referências nacionais e internacionais, tirando partido da sua própria experiência em medidas e iniciativas que, aproximando-se de algumas das boas práticas referidas, justificam agora ser estruturadas num conjunto integrado de linhas de ação, que incorporem os vetores estratégicos que o *benchmarking* sugere.

O Município dispõe de um conjunto de instrumentos e planos de ação desenvolvidos em torno de outras áreas de intervenção que, além de integrarem já linhas com muita relevância para a juventude, proporcionam uma boa base para desenhar o PMJ-CB numa ótica de integração multissetorial. Destacam-se, a esse respeito, o *Plano de Desenvolvimento Social Sustentável (PDSS)*, o *Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND)*, a *Carta Educativa (CECCB)*, o *Diagnóstico Social de Castelo Branco (DSCB)*. Todos eles integram dimensões e linhas de ação de elevado relevo para as políticas de juventude e mobilizam redes de colaboração

interinstitucional com elevado potencial, se colocadas em diálogo estreito com o PMJ-CB.



Diretrizes para a Elaboração do PMJ-CB Inspiradas nas Boas Práticas Analisadas

- **Modelo híbrido:** plano centrado no território e nas suas especificidades, mas atento às tendências europeias em termos de juventude, como o reforço da literacia democrática, o investimento em competências para a transição digital e verde e o reconhecimento formal da educação não formal como eixo estratégico de capacitação.
- **Apropriação do Quadro Nacional definido pela FNAJ:** usar o PNPLJ como referência para a estruturação do plano, em diálogo com a *Carta Europeia Revista sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional*.
- **Diagnóstico participativo:** promover um levantamento participativo das realidades juvenis do concelho, com recurso a entrevistas, sessões de escuta e diálogo, garantindo representatividade territorial e temática.
- **Participação jovem estruturada:** criar mecanismos formais e informais de envolvimento juvenil nas políticas de juventude, como Conselhos de Juventude ativos, Bolsas de Facilitadores ou Fóruns Municipais periódicos.
- **Plano de ação:** tomar como meta de médio prazo a definição de planos de ação anuais, com medidas concretas, indicadores e calendário de realização.
- **Monitorização e avaliação:** criar um sistema de monitorização da execução do plano, com relatórios públicos, momentos de revisão participativa e integração da perspectiva dos jovens na avaliação.
- **Governança partilhada e em rede:** mobilizar atores institucionais locais (escolas, IPSS, associações, universidades, serviços municipais), promovendo uma lógica de governação colaborativa.
- **Inclusão da diversidade:** salvaguardar o enfoque na diversidade dos jovens, que não devem ser tomados como uma categoria homogénea; justificam especial atenção diferenciadora alguns subgrupos: jovens Nem-Nem (sem emprego, sem educação ou formação), jovens migrantes ou com background multicultural, jovens com deficiência, necessidades especiais ou em situação de vulnerabilidade social.
- **Transversalidade:** articulação intersetorial com outros planos de ação do Município e do concelho, orientados para áreas que se cruzam com as questões juvenis.
- **Transição verde e digital:** integração destes vetores como dimensões emergentes que contextualizam as preocupações dos jovens, procurando alinhamento com o *Pacto Ecológico Europeu e a Década Digital da UE*.

ETAPA 2 | Diagnóstico da Realidade Local

Sinalizar Questões Críticas Estruturais

Na segunda fase do trabalho procedeu-se à elaboração de um **diagnóstico das condições contextuais** que enquadram as necessidades, os problemas e as oportunidades de vida dos jovens do concelho, perspetivadas numa ótica temporal de médio prazo, que fosse capaz de identificar as principais dinâmicas e tendências em curso em domínios cruciais para os seus projetos de vida - como a demografia, a educação e formação, a atividade económica, o emprego, a saúde, a vida familiar, a mobilidade, a cultura, o desporto, o lazer, o associativismo, as condições materiais de vida.

Este diagnóstico assentou num trabalho extensivo de levantamento e análise de informação estatística e documental, articulando a produção de informação original com o diálogo com outros estudos e diagnósticos centrados na realidade do concelho, com particular atenção aos desenvolvidos no quadro dos planos setoriais de ação referidos acima. O diagnóstico percorreu dimensões essenciais das recentes dinâmicas demográficas, socioeconómicas e culturais do concelho, tendo em vista mapear tendências e **identificar as principais questões críticas** que enquadram estruturalmente a formação das condições e das oportunidades de vida dos jovens no contexto local.

Do elenco das questões críticas identificadas, destaca-se um conjunto de aspetos estruturais que podem organizar-se em 3 grandes domínios, que identificam outros tantos desafios que o PMJ-CB encara como eixos estratégicos de intervenção.

Um dos primeiros aspetos críticos desenha-se no **cruzamento entre os planos demográfico e territorial**. O concelho enfrenta uma tendência demográfica regressiva, marcada

por envelhecimento, baixa taxa de natalidade e redução gradual do número de jovens residentes, sinalizando **dificuldades de fixação da população jovem**. Esta tendência tem expressão desigual no território concelhio, desenhando uma **assimetria** forte entre as **freguesias mais urbanas** (Castelo Branco e Alcains) e as **freguesias mais rurais e distantes** da cidade, onde a quebra demográfica e a retração da população jovem, nalguns casos sinalizadoras de tendência para desertificação, acompanham outras expressões dos desequilíbrios territoriais - nomeadamente nos planos da dinâmica económica, das oportunidades de emprego e iniciativa empresarial, do acesso a serviços públicos e privados, dos equipamentos de educação, saúde, cultura, desporto, lazer.

A **mitigação** destas tendências exige estratégias de política pública que abordem de forma conjugada os dois aspetos, priorizando linhas de atuação que promovam:

- a **acessibilidade** a serviços e recursos essenciais para a formação das oportunidades de vida dos jovens, independentemente do seu lugar de residência;
- a **mobilidade** no interior do concelho;
- o **estímulo a iniciativas de empreendedorismo** económico deslocadas dos polos urbanos mais aglutinadores;
- a dinamização de **projetos descentralizados** no campo da **formação e da educação não formal**.

Exige igualmente uma forte integração entre o PMJ-CB, o Plano Diretor Municipal e os outros planos de ação setoriais. A tipificação da dinâmica socioeconómica e demográfica do concelho em 4 grupos distintos de freguesias, proposta pela Augusto Mateus & Associados na Estratégia de Desenvolvimento de Castelo Branco (2015),

constitui uma boa base para o planeamento das ações a desenvolver neste domínio, de forma territorialmente integrada.

A questão territorial, no entanto, não se coloca apenas em termos da coesão interna do Município. Ela deve ser encarada pelo PMJ-CB numa perspetiva mais ampla, considerando o lugar do concelho no contexto regional mais amplo, em particular na Beira Baixa e, de forma mais vasta, na Beira Interior.

Nesse contexto regional, a cidade de Castelo Branco constitui uma centralidade relevante nos planos económico, cultural e administrativo, que deve ser tomada como força e recurso estratégico nas políticas orientadas para a juventude, preconizando uma mais forte conexão e colaboração com as áreas vizinhas em domínios como a empregabilidade, a iniciativa empresarial, a educação e a formação.

Um segundo domínio crítico esboça-se na **articulação** entre a **dinâmica do tecido económico local** e a esfera da **educação e formação**. Tanto os dados originais trabalhados neste diagnóstico, como os vários relatórios compulsados, dão **conta de limitações da oferta local de emprego**, com particular expressão nas áreas profissionais de maior qualificação, aquelas que melhor correspondem às aspirações de população juvenil, que se tem vindo a tornar gradualmente mais qualificada.

O sistema de ensino e formação é um elemento chave no combate a estes condicionalismos, seja para preparar uma população juvenil dinâmica e com iniciativa empreendedora e criativa, seja para promover uma oferta de competências especializadas que atraia iniciativas empresariais em áreas de inovação e forte competitividade económica. Um dos desafios que se colocam ao Município neste plano é o de fomentar a

cooperação em rede entre os organismos municipais, as instituições locais de ensino, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e os agentes do tecido empresarial, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias que promovam, a partir da ação formativa, a **atratividade económica do território e a criação de novas oportunidades de emprego para jovens**.

O PMJ-CB constitui uma oportunidade valiosa para formalizar uma rede de cooperação que sinalize caminhos para articular oferta formativa e estímulo à iniciativa económica - seja aproveitando a tradição concelhia em setores como a agricultura, as indústrias agroflorestal, agroalimentar, têxtil, automóvel, mecânica e eletrónica; seja em áreas emergentes, associadas às economias verde e digital; seja ainda na valorização dos recursos naturais e culturais da região em iniciativas de pequena dimensão no setor cultural e criativo e no turismo criativo.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) constitui aqui um parceiro estratégico de enorme relevância, não apenas pela sua capacidade de proporcionar formação superior, mas também, como tem vindo a mostrar nos últimos anos, pela sua capacidade de gerar diálogos produtivos entre a academia, o tecido empresarial e o Município. Também a rede de escolas do ensino básico e secundário e algumas das associações locais revelam potencial para dar corpo a um programa formativo de teor colaborativo amplo e ajustado às características do concelho e às aspirações e necessidades dos jovens munícipes.

A aposta na educação e formação não formal é aqui um vetor estratégico. Tem não apenas o potencial de favorecer o desenvolvimento de competências de teor profissionalizante e diretamente vinculadas a projetos de empreendedorismo e empregabilidade local, mas também de contribuir para combater os problemas de retenção e abandono escolar,

sobretudo no ensino básico, e de saída precoce do ensino secundário. Como mostra a Carta Educativa de Castelo Branco, esses problemas afetam especialmente os jovens das freguesias mais rurais e em situação de vulnerabilidade.

A educação não formal constitui uma estratégia relevante de promoção da inserção social e económica desses jovens. Adicionalmente, pode ser um instrumento valioso na formação de competências práticas em áreas emergentes e de inovação, assim como no setor cultural e criativo. Deste ponto de vista, é central que o PMJ-CB tome como meta estratégica o desígnio de **fomentar o incremento da oferta de educação não formal e do seu reconhecimento oficial**.

Um terceiro domínio crítico diz respeito, finalmente, aos problemas de **vulnerabilidade** e de **inclusão** socioeconómica, sociocultural, cívica e política que afetam **franjas específicas da população juvenil**.

Apesar de apresentar nos últimos 30 uma evolução positiva em índices que avaliam qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico, como o PIB per capita, o índice de coesão ou o salário médio, que se vêm aproximando das médias nacionais, persistem no concelho segmentos da população juvenil que enfrentam situações de pobreza, **vulnerabilidade socioeconómica**, desemprego, défices de qualificação escolar. Como mostra também o Diagnóstico Social de Castelo Branco, somam-se a estes problemas a condição de fragilidade de **jovens com deficiência**, com **necessidades especiais** e com dificuldades de acesso a serviços de saúde mental e apoio psicológico, que afetam especialmente os mais vulneráveis económica e socialmente.

Finalmente, nos últimos 30 anos a população estrangeira residente no concelho tem vindo a aumentar. É um fenómeno que compensa

e reequilibra parcialmente as tendências de regressão demográfica, mas suscita alguns problemas de **integração social**. Esses problemas têm expressão em vários aspetos da vida dos **jovens migrantes e refugiados** que residem no concelho, como o menor acesso a oportunidades de formação e emprego, dificuldades de alcançar sucesso escolar, frágil domínio da língua portuguesa, riscos de discriminação, fraca integração sociocultural ou mesmo tendência para a exclusão social. Muitos destes condicionalismos afetam igualmente jovens de minorias étnicas, com saliência para os **jovens da comunidade cigana**, que carecem de ser considerados nas suas especificidades.

Embora constituam pequenas minorias no contexto global da comunidade albacastrense, os problemas e as necessidades específicas destes grupos de jovens devem ser assumidos como preocupações centrais do PMJ-CB.

Do ponto de vista das diretrizes orientadoras do plano, isso significa duas coisas complementares. Por um lado, o plano deve preconizar um conjunto de linhas de ação que, sem perder de vista um ideal de cidadania juvenil universal e igualitário, integre **a diversidade que caracteriza a juventude** como um princípio estruturante de todas as linhas de ação, concedendo particular atenção às situações dos jovens mais vulneráveis e fragilizados e assumindo a **inclusão social** como meta prioritária.

Por outro lado, o plano deve procurar pôr em prática estratégias que **combatam a discriminação e a exclusão cívica e política** desses jovens, preconizando medidas para os integrar plenamente nos processos participativos e na construção partilhada de políticas dirigidas à juventude.

Em ambas as dimensões, o diálogo colaborativo

entre o PMJ-CB, a **Rede Social de Castelo Branco / Conselho Local de Ação Social** e o conjunto de organizações que nela convergem afigura-se fundamental. Além disso, o PMJ-CB deve integrar as orientações e metas definidas pelo Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.

Também a **colaboração com associações culturais e desportivas**, que têm uma elevada capacidade de trabalhar em proximidade com os jovens e as suas famílias e de, por essa via, promover a sua inclusão através do envolvimento em atividades culturais, criativas e desportivas, deve ser assumida como um vetor estruturante das ações a desenvolver.

Forças e Potencialidades do Concelho

- Centralidade da cidade de Castelo Branco no contexto regional e potencialidades como polo urbano atrativo e dinamizador de desenvolvimento regional, inovação e cooperação interconcelhia;
- Existência de planos municipais setoriais com relevo para as medidas de política pública para a juventude, com elevado potencial de facilitar articulações multissetoriais;
- Património natural e paisagem com elevado valor patrimonial e ambiental;
- Histórico de colaboração do Município com entidades parceiras e organizações associativas da sociedade civil, que podem potenciar desenvolvimento de estratégias de atuação em rede em torno dos problemas e desafios da juventude.
- Riqueza de património e tradições culturais;
- Riqueza e dinâmica do tecido associativo nos setores cultural e criativo, desportivo e recreativo e social;
- Proximidade a Espanha;
- Ambiente de segurança e proximidade relacional
IPCB como âncora de conhecimento, formação, inovação e articulação com tecido empresarial;
- Equipamentos e iniciativas municipais orientadas para a juventude;

Dimensões Críticas e Constrangimentos

- Território descentrado e distância aos centros de decisão e dinâmica socioeconómica, cultural e política;
- Retração populacional, envelhecimento e dificuldades de retenção de jovens em fase de transição para vida adulta;
- Desequilíbrios territoriais intraconcelhio;
- Franjas da população juvenil em condição de vulnerabilidade e com dificuldades de integração social;
- Abandono escolar entre franjas mais vulneráveis da população juvenil;
- Oferta formativa superior com escolhas limitadas;
- Mercado de trabalho limitado, sobretudo para profissões muito qualificadas;
- Dificuldades de acesso a habitação a preços comportáveis;
- Défice de ação e meios no enfrentamento dos problemas de saúde mental;
- Fraca articulação com regiões vizinhas nos planos económico, cultural e governativo;
- Défice de participação associativa, cívica e social dos jovens;
- Distância dos jovens aos órgãos e procedimentos da administração municipal;
- Défice de comunicação entre o Município e os jovens locais.

ETAPA 3 | Auscultação e Diálogo Colaborativo

Integrar as perspetivas dos Jovens e da Comunidade

A terceira fase do trabalho foi a mais importante no processo de preparação do PMJ-CB. Em linha com as orientações sintetizadas na secção inicial deste documento, pretendeu-se que o PMJ-CB se apoiasse **numa auscultação atenta, cuidadosa e ampla dos jovens e das organizações juvenis e no seu envolvimento ativo no mapeamento dos seus próprios problemas, necessidades e aspirações**, assim como no **desenho das linhas de ação** que o plano deveria integrar. Além dos jovens do concelho, entendeu-se que era igualmente importante ouvir e envolver um conjunto de **outros atores locais com experiência e conhecimento** em domínios relevantes das temáticas juvenis no concelho.

Com esse objetivo, optou-se por uma abordagem metodológica de raiz sociológica e de pendor qualitativo, assente numa **imersão intensa no terreno** e num **diálogo próximo** com jovens munícipes e outros atores locais em posições estratégicas. Inspirada em metodologias de teor colaborativo, participativo e de pesquisa-ação, a abordagem combinou a realização de um extenso conjunto de entrevistas individuais e de grupo, contactos e conversas informais com diversos tipos de pessoas e organizações, participação em eventos focados na juventude e promovidos pelo Município. Ponderou-se o recurso a outras metodologias de cariz mais padronizado e formal, mas a experiência inicial no terreno provou que o diálogo direto e em proximidade com os jovens e as organizações era a forma mais adequada de alcançar os objetivos desejados.

O trabalho de campo foi assumido pela equipa da UC, sem intervenção direta de representantes do Município, de modo a evitar constrangimentos típicos da relação direta com o poder público e a

criar condições para a livre e autónoma expressão das opiniões, ideias e sensibilidades. Em todos os momentos foram cumpridos os requisitos éticos a que deve obedecer este tipo de processo, assegurando o consentimento informado de todos aqueles que aceitaram colaborar, promovendo a transparência sobre os objetivos da auscultação e sobre os fins a dar à informação e garantindo que só a informação autorizada seria partilhada publicamente ou com o Município.

As pessoas e organizações contactadas neste processo foram selecionadas em processo de bola de neve, a partir do conhecimento que se ia estabelecendo no terreno. Adotou-se uma **estratégia aberta de participação**, disponível para acolher, ouvir e envolver todas as pessoas que quisessem fazer-se ouvir e colaborar.

Sem perder essa flexibilidade, seguiram-se alguns critérios basilares na procura e seleção de pessoas e organizações:

- (i) **pluralidade temática**, de modo a abranger as diversas áreas e setores relevantes (educação e formação;
- atividade económica, emprego, empreendedorismo e inovação;
- ação social;
- saúde e bem-estar;
- desporto e lazer; cultura e atividade criativa; associativismo;
- participação cívica e política;
- políticas públicas);
- (ii) **máxima representatividade possível das associações juvenis**;
- (iii) **diversidade sociocultural** dos jovens e das suas condições de inserção no concelho.

Combinaram-se assim critérios de

representatividade, importantes sobretudo no que respeita ao universo de associações juvenis, com critérios de diversidade, **cumulatividade e exaustividade**. O trabalho de terreno prolongou-se até se atingir um ponto de saturação da informação, em que já não se obtinham opiniões ou contributos novos, a somar aqueles que já se tinham conseguido.

No conjunto, foram realizadas 33 entrevistas formais, individuais e coletivas, envolvendo um total de 40 pessoas, das quais mais de metade jovens. Participaram no processo jovens dirigentes associativos, jovens estudantes, jovens trabalhadores, jovens de diversas idades, jovens migrantes. Participaram também professores dos diversos níveis de ensino, diretores de agrupamentos escolares, responsáveis e técnicos de associações com trabalho relevante nos domínios da ação social, do desporto, da cultura, pessoas adultas com experiência relevante nos campos da inovação, do empreendedorismo, da iniciativa económica, pais, mães.

Entre entrevistas formais e contactos informais, foram mobilizados contributos de 28 organizações locais, entre escolas, IPCB, associações partidárias, juvenis, culturais, recreativas, de desenvolvimento social, empresariais, todas com experiência e trabalho relevante para a abordagem dos problemas e das oportunidades de vida dos jovens no concelho. No decurso do processo, outras pessoas e entidades foram ouvidas em contexto informal e as suas opiniões integradas.

As entrevistas foram realizadas com base num guião flexível e aberto, que convidava as pessoas a falar sobre **os problemas, as necessidades e as aspirações** que moldam localmente as condições e oportunidades de vida dos jovens, a **mapear as forças e as fraquezas do concelho** no que a essas condições e oportunidades diz respeito, a identificar áreas críticas, carentes de intervenção

por parte do Município, e a verbalizar as **suas ideias e propostas para o PMJ-CB**.

Em conformidade com a estratégia de trabalho de campo, a sistematização e análise da informação resultante também não foi guiada por preocupações de quantificação. Pretendeu-se, antes, **sistematizar e cruzar conteúdos, opiniões, propostas**, tendo em vista produzir um **caderno de encargos e de recomendações qualificadas** – a qualificação de quem vive e lida com os problemas e as aspirações juvenis – que guiassem a elaboração do PMJ-CB, **privilegiando as vozes dos jovens e das associações juvenis** e valorizando a pluralidade de experiências e opiniões.

Deste longo e desafiante processo, resultaram contributos muito relevantes e valiosos. Tanto os jovens como os adultos ouvidos verbalizaram **perceções e opiniões consonantes** com muitas das questões críticas mapeadas na etapa do diagnóstico estrutural e sintetizadas no ponto anterior. Deram-lhes, no entanto, tonalidades vividas, sentidas, experienciais, traduzindo-as em aspetos mais concretos e vinculados aos seus quotidianos e às suas experiências de vida.

Mas acrescentaram também aspetos e dimensões que somam, a partir dessa experiência vivida, àquilo que uma análise de cariz mais estrutural e impessoal consegue mapear. Sintetizam-se em seguida os principais resultados, numa forma que procura refletir o mais possível as vozes ouvidas e assumindo essas vozes como contributos decisivos para a estruturação do PMJ-CB. Privilegiam-se os contributos dos jovens e das associações juvenis e, por isso, nos quadros de síntese em destaque assinalam-se a *itálico* contribuições verbalizadas exclusivamente por outros interlocutores não jovens.

Nas vozes dos jovens e dos nossos outros

interlocutores, emerge em primeiro lugar o reconhecimento de uma série de **forças, virtudes e aspetos positivos do concelho** e das condições de vida que ele proporciona. Essa avaliação positiva está associada, para grande parte dos jovens auscultados, a um desejo declarado de desenvolver os seus projetos de vida em Castelo Branco, se aqui conseguirem ver satisfeitas as suas necessidades e aspirações essenciais em termos de educação, emprego e qualidade de vida.

Os aspetos identificados no âmbito desta avaliação constituem outros tantos fatores que as orientações do PMJ-CB procuram valorizar, apostando no reforço dos seus potenciais e tomando-os como referências para ações que intensifiquem e expandam o seu impacto positivo. Merece especial atenção, a este respeito, o modo como os jovens valorizam os **recursos naturais e culturais** do concelho, aspeto que justifica estímulos ao desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo jovem que se proponham tirar deles partido numa perspetiva cultural e ambientalmente sustentável.



Forças, Virtudes, Potencial do Concelho

Síntese dos Aspetos mais Valorizados pelos Interlocutores Auscultados

● Ambiente e Qualidade de Vida

1. Riqueza e diversidade natural;
2. Riqueza de tradições e recursos culturais;
3. Clima de segurança;
4. Ambiente de proximidade social, de interconhecimento e de convivialidade fácil;
5. Existência de espaços, equipamentos e condições de fruição lúdica, desportiva e cultural.

● Emprego e Condições de Vida

1. Potencial da Zona Industrial para gerar dinâmica económica e oportunidades de trabalho;
2. Papel do Centro de Empresas Inovadoras e da Fábrica do Jovem Empreendedor;
3. Custo de vida baixo comparativamente com outras regiões do país.

● Educação

1. Existência de oferta local de Ensino Superior;
2. Papel estratégico do IPCB na formação qualificada e na promoção de inovação e desenvolvimento local.

● Associativismo

1. Riqueza, diversidade e iniciativa realizadora das associações desportivas, culturais e recreativas.

● Políticas Municipais

1. Promoção de iniciativas culturais e lúdicas orientadas para os jovens;
2. Semana da Juventude;
3. Espaços lúdicos e equipamentos culturais;
4. Oferta de espaços e equipamento para estudar e trabalhar (Study and Work Center).

Em sentido oposto, os jovens e os adultos auscultados enunciam também um amplo conjunto de **fraquezas, aspetos críticos e constrangimentos**, que identificam como fatores limitativos quer das condições e oportunidades de vida que o concelho proporciona aos jovens em geral, quer da concretização das suas aspirações e dos seus projetos de vida pessoais. Do elenco de aspetos críticos sintetizados no quadro abaixo, é importante diferenciar fatores que se referem a áreas de responsabilidade e intervenção direta do Município e fatores que remetem para as dinâmicas de auto-organização da sociedade civil e do setor privado. Sendo importante que o PMJ-CB considere todas essas preocupações nas suas orientações programáticas, uns e outros devem ser incorporados de formas distintas.

Fraquezas, Aspetos Críticos, Constrangimentos

Síntese dos Aspetos mais Identificados pelos Interlocutores Auscultados

- | | |
|---|---|
| <p>● Emprego e Mercado de Trabalho Local</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Escassez de oferta de trabalho qualificado; 2. Existência de muito emprego precário e com condições de trabalho insatisfatórias; 3. Dificuldades de acesso dos jovens migrantes, refugiados e de minorias étnicas a oportunidades de trabalho. |
| <p>● Condições de Vida e Mobilidade</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Insuficiência da oferta de habitação a custos sustentáveis pelos jovens, nomeadamente no mercado de arrendamento; 2. Insuficiência e condições precárias da habitação social disponível; 3. Insuficiência da oferta de residências para estudantes; 4. Custo de vida baixo comparativamente com outras regiões do país; 5. Oferta de transportes públicos insuficiente, nomeadamente entre a cidade e as zonas mais rurais e em horários alargados; 6. Precaridade das condições de acesso e utilização de espaços e recursos públicos por parte dos jovens com deficiência e necessidades especiais. |

● Educação

1. Oferta local de Ensino Superior pouco diversificada e limitativa das opções formativas dos jovens;
2. Escassez de oferta formativa nas freguesias mais rurais e distantes da cidade.

● Saúde

1. Escassez e fraca qualidade dos serviços públicos de saúde, no domínio da saúde mental;
2. Escassez de serviços de apoio psicológico, nomeadamente nas escolas;
3. Insuficiência de apoio educativo e formativo a jovens com deficiência e necessidades especiais.

● Inclusão e Exclusão Social

1. Défices de integração sociocultural de jovens de minorias étnicas, migrantes e refugiados, sobretudo oriundos de países não falantes de português;
2. Problemas de discriminação de jovens de minorias étnicas, migrantes e refugiados;
3. Insuficiência dos apoios institucionais aos jovens migrantes e refugiados, nomeadamente no acesso a trabalho, educação, informação e condições de vida condignas;
4. Debilidade das condições de acesso de jovens deficientes e com necessidades especiais à vida pública.

● Acesso a Informação

1. Insuficiência e acessibilidade difícil a informação pública, nomeadamente da responsabilidade do Município, sobre oportunidades para os jovens em áreas como emprego, educação, cultura, desporto, animação.



● **Cultura, Desporto e Lazer**

1. Pouca diversidade das oportunidades para prática de desporto, nomeadamente em termos de modalidades;
2. Escassez da oferta cultural;
3. Baixo grau de participação dos jovens nas atividades culturais;
4. Poucas oportunidades de acesso a entretenimento noturno na cidade, nomeadamente à noite;
5. Escassez de oportunidades de entretenimento e vida lúdica em contexto público fora da cidade.

● **Associativismo e Participação Cívica**

1. Insuficiência dos apoios públicos às associações;
2. Problemas de sustentabilidade financeira dos projetos associativos;
3. Fraca capacitação das associações para lidar com gestão administrativa de forma eficaz;
4. Baixo grau de participação dos jovens nas atividades associativas.

● **Participação Política**

1. Baixo grau de envolvimento dos jovens nas decisões de política pública local, em especial relativa à juventude;
2. Problemas de funcionamento e eficácia do Conselho Municipal da Juventude (CMJ);
3. Baixo grau de mobilização dos jovens para participação política ativa, nomeadamente no âmbito do CMJ.

Por último, o processo de auscultação e diálogo permitiu elencar um conjunto de **propostas ao Município**, que procuram encontrar soluções para alguns dos problemas identificados ou sugerir medidas que respondam a necessidades manifestadas pelos jovens e as organizações juvenis.

Elas estão sintetizadas no quadro seguinte. Encontramos, entre elas, propostas e sugestões de natureza diversa. Algumas são formuladas de forma alinhada com a filosofia e o formato de um PMJ; outras são sugestões de melhoria de aspetos específicos da ação governativa, de carácter mais imediato e circunscrito; outras apontam para iniciativas do Município já em desenvolvimento; outras ainda, finalmente, são aspirações, que indiciam caminhos e possibilidades.

Entendeu-se que o processo de elaboração do PMJ-CB era uma oportunidade para promover maior diálogo entre os jovens e o Município e que por isso este documento deveria considerar todas as propostas e sugestões, tomando-as como orientações para a elaboração do plano, de forma ora mais direta, ora ou mais indireta.



Propostas e Sugestões de Linhas Orientadoras e Medidas a Considerar no PMJ-CB

- Reforçar a política de apoio à construção e disponibilização de habitações para jovens a preços controlados;
- Promover uma política de controlo de preços de arrendamento para estudantes;
- Construir ou requalificar edifícios destinados a novas residências universitárias;
- Criar medidas de incentivo à fixação de grandes, pequenas e médias empresas e à criação de novo emprego para jovens, privilegiando empresas do setor tecnológico e com investimento em inovação;
- Criar programas de incentivo à criação de estágios nas empresas, envolvendo o IPCB e privilegiando estágios com perspetivas de contratação;
- Criar incentivos fiscais à fixação de jovens trabalhadores no concelho;
- Criar feiras de emprego regulares e frequentes nas escolas secundárias e no IPCB;
- Promover sessões informativas sobre empregabilidade e oportunidades de trabalho em colaboração entre o Centro de Emprego e o Município;
- Estabelecer parcerias entre estabelecimentos escolares, Município, empresas e IEFP para promover oportunidades de emprego, em especial para jovens imigrantes e jovens com necessidades especiais;
- Dinamizar campanhas de sensibilização para as necessidades dos jovens com necessidades especiais e promover medidas de incentivo ao emprego desses jovens;
- Negociar com IPCB alargamento da oferta de cursos, acompanhando tendências da economia e dos mercados;
- Apoiar a criação nas escolas de programas de sensibilização e intervenção no campo da saúde mental;
- Construir ciclovias no concelho e desenvolver de medidas de incentivo à mobilidade não automobilizada;

- Alargar horários e circuitos de transportes públicos, para facilitar acesso de jovens ao fim do dia e à noite às infraestruturas de lazer e entretenimento da cidade;
- Reforçar os apoios do Município às associações
Redinamizar a produção da Agenda Cultural do Município;
- Melhorar a comunicação do Município com os jovens, reforçando a sua presença nas redes sociais da internet;
- Promover assembleias regulares com os munícipes, para dialogar sobre necessidades, problemas e expectativas dos jovens;
- Melhorar os instrumentos de comunicação da Câmara Municipal com os munícipes e promover maior transparência sobre as políticas públicas.

A auscultação e o diálogo com os jovens constituem o eixo central de qualquer Plano Municipal de Juventude. Não se trata apenas de recolher opiniões, mas de reconhecer a juventude como sujeito político, portador de direitos e de uma voz própria, capaz de influenciar de forma decisiva a conceção, implementação e avaliação das políticas públicas que o afetam. Integrar a perspetiva dos jovens é, por isso, um requisito democrático e uma condição de legitimidade de qualquer estratégia municipal nesta área.

Na esteira desta fase, é meta estratégica do PMJ-CB manter um processo contínuo e inclusivo de auscultação, que funcione também como instrumento da sua monitorização, avaliação e revisão periódica. Pretende-se criar mecanismos regulares e diversificados de escuta ativa, capazes de chegar a diferentes segmentos da população juvenil: jovens estudantes, jovens trabalhadores, jovens em situação de desemprego, migrantes e descendentes de migrantes, jovens com deficiência, membros de associações culturais, desportivas e juvenis, bem como aqueles que não se encontram organizados formalmente em associações.

Este processo não se esgota, contudo, na recolha de contributos. A sua ambição é dupla: por um lado, identificar necessidades, prioridades e preocupações; por outro, incentivar a corresponsabilização e a participação ativa dos jovens na vida do Município. Ao serem integrados como parceiros na definição das políticas locais, os jovens desenvolvem também competências de cidadania, espírito crítico e sentido de pertença comunitária.

Contemplan-se-á ainda o envolvimento da comunidade alargada — famílias, escolas, instituições de ensino superior, associações, empresas, serviços públicos e entidades da sociedade civil. Este alargamento do diálogo permitirá recolher diferentes perspetivas e construir soluções mais sustentáveis, baseadas na cooperação intergeracional e na articulação entre os diversos atores sociais.



Assim, a auscultação e o diálogo configuram-se como o coração participativo do PMJ-CB, assegurando que o documento não é apenas uma estratégia concebida de cima para baixo, mas parte de um processo de construção coletiva. Integrar a perspectiva dos jovens significa valorizar a sua experiência vivida, reconhecer a sua capacidade de análise e decisão e legitimar o seu papel como protagonistas na construção de um Município mais justo, inclusivo e atento às suas necessidades e aspirações.



ETAPA 4 | Consulta Pública e Revisão do Plano

Abrir caminho para novas etapas

A consulta e discussão pública constitui um momento fundamental do processo de elaboração do PMJ, uma vez que garante a transparência, a legitimidade democrática e a apropriação comunitária deste instrumento. Mais do que uma mera formalidade administrativa, esta fase representa uma oportunidade de aprofundar o diálogo com os jovens e com a sociedade em geral, testando a pertinência das propostas apresentadas e enriquecendo o documento com contributos adicionais.

Na verdade, esse diálogo iniciou-se ainda no decurso da fase anterior, com a realização de sessões públicas de apresentação e discussão do processo e das linhas mestras que o foram estruturando, nomeadamente em reuniões do Conselho Municipal da Juventude e na Sessão Piloto da Assembleia Municipal Jovem.

Agora, a abertura formal da discussão pública tem como objetivo central colocar o plano em circulação social, dando a conhecer os seus princípios orientadores, os eixos estratégicos e as linhas de ação propostas. Ao mesmo tempo, visa criar um espaço participativo de crítica construtiva, de sugestão e de validação coletiva. É nesta etapa que se procura garantir que o plano reflete de forma fidedigna as expectativas e necessidades reais da juventude albicastrense, evitando que seja apenas uma construção técnico-política desconectada da vivência quotidiana dos jovens.

Esta etapa é um momento decisivo para reforçar o carácter participativo e colaborativo deste documento. Com esse objetivo, está planeada a organização de uma sessão pública de discussão do plano durante a Semana Municipal da Juventude de 2025. Concluída esta fase, o Município assume

a responsabilidade de sistematizar os contributos recebidos e os integrar na versão final do plano.

A consulta e discussão pública é um exercício de cidadania ativa e de governação partilhada, onde a juventude e a comunidade em geral têm a oportunidade de construir políticas locais de juventude, tornando este documento um verdadeiro reflexo da vontade coletiva e um instrumento vivo ao serviço do concelho.



3. Eixos Estruturantes

Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação

3. Eixos Estruturantes

Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação

EIXO 1 | Município Participativo

Vida Associativa, Cívica e Política

Objetivo geral: Reforçar uma cultura de participação cívica efetiva entre os jovens de Castelo Branco, consolidando o tecido associativo e criando canais permanentes, inclusivos e transparentes de diálogo, co-decisão e co-produção de políticas públicas, assegurando a sua representação nos processos de governação municipal.

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
1) Estruturar e dinamizar a governação participativa juvenil	- Dinamizar o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) com calendário, regimento revisto, plano anual e alargamento de missões; - Assembleia Municipal Jovem com sessões temáticas e recomendações formais; - Orçamento Participativo Jovem municipal com mentoria técnica; - Grupos de trabalho jovens para políticas setoriais (mobilidade, cultura, ambiente, educação e formação, emprego e empreendedorismo, inclusão, sociedade digital).	- Município (Vereação/Subunidade Juventude) - Assembleia Municipal - CMJ - Juntas de Freguesia - Escolas/Agrupamentos - IPCB - Associações juvenis - IPDJ
2) Reforçar o tecido associativo e a sua sustentabilidade	- Programas de capacitação associativa em colaboração interinstitucional (gestão, contabilidade, comunicação, captação de fundos); - Apoio a estratégias de microfinanciamento e vales-projeto para iniciativas de jovens; - Rede municipal de espaços e recursos partilhados (salas, equipamentos, competências).	- Município - Associações juvenis, culturais, desportivas, recreativas e de desenvolvimento social - IPDJ - Cooperativas - Fundações - Patrocinadores

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
3) Desenvolver competências cívicas e literacia democrática	- Ciclos “Cidadania em Prática” em escolas/IPCB (direitos, participação, <i>media literacy</i>) - Laboratórios de advocacy e negociação para jovens representantes - Programa mentores cívicos (ex-alunos/eleitos locais)	- Município - Escolas/Agrupamentos - IPCB - Associações de estudantes - ONG de educação para a cidadania - IPDJ
4) Melhorar a comunicação bidirecional Município-Jovens	- Instrumentos de comunicação digital Jovem CB (agenda, oportunidades, consultas públicas, chat); - Presença ativa nas redes sociais com conteúdos coproduzidos por jovens; - Fóruns periódicos de feedback e prestação de contas.	- Município - Conselho Municipal de Juventude - Núcleos de media escolar - Associações de estudantes - Influenciadores/Media locais
5) Garantir participação inclusiva e territorialmente equilibrada	- Roteiro participativo pelas freguesias (sessões presenciais descentralizadas); - Bolsas de facilitadores jovens e apoio a transporte/participação em iniciativas descentralizadas; - Dispositivos de inclusão: tradução simples, acessibilidade, horários compatíveis; - Ações de familiarização com as valências, recursos e serviços do Município, dirigidas a grupos de jovens migrantes, refugiados, de minorias étnicas e em risco de exclusão.	- Município - Juntas de Freguesia - IPSS/ONG - Associações - CPCJ/CLAS - Escolas
6) Monitorizar, atualizar e operacionalizar o PMJ-CB	- Ferramenta de monitorização e avaliação, com produção de relatório anual; - Fóruns anuais de balanço, discussão pública e revisão do PMJ-CM; - Planos anuais de ação, com medidas específicas, metas e calendário de realização; - Inclusão de uma sessão pública sobre o PMJ-CB em todas as edições da Semana Municipal da Juventude.	- Município - CMJ - Assembleia Municipal - Juntas de Freguesia - Escolas/Agrupamentos - IPCB - Associações juvenis - IPDJ - FNAJ/CNJ

O primeiro eixo do PMJ-CB procura consolidar um Município mais participativo, onde os jovens sejam reconhecidos como cidadãos ativos e corresponsáveis pela vida coletiva. O objetivo geral passa por reforçar a participação cívica e política dos jovens, dinamizar a vida associativa e promover uma cultura de envolvimento crítico e construtivo nas decisões públicas. Para isso, são definidos objetivos estratégicos que incluem a criação de mecanismos formais e informais de escuta da juventude, o incentivo ao associativismo juvenil, a promoção da literacia democrática, a valorização do voluntariado como prática de cidadania e a monitorização e revisão periódica do PMJ-CB.

As linhas de ação orientam-se para a implementação de fóruns juvenis e assembleias municipais de jovens, o reforço do apoio às associações juvenis e estudantis, a dinamização de programas de voluntariado local, a criação de campanhas de sensibilização para os direitos e deveres de cidadania e a construção de instrumentos de monitorização e revisão periódica do PMJ-CB. Neste processo, os atores a envolver são múltiplos: o Município, escolas e instituições de ensino superior, associações juvenis, culturais e de desenvolvimento social, Juntas de Freguesia, organizações não-governamentais e movimentos informais de jovens. A articulação entre estes diferentes agentes permitirá transformar este eixo numa plataforma de participação efetiva, garantindo que a juventude tem voz ativa na construção de políticas e projetos locais.



EIXO 2 | Município Qualificante

Educação e Formação para a Cidadania e Igualdade

Objetivo geral: Promover entre os jovens de Castelo Branco uma educação integral para a cidadania, assente em valores de igualdade, diversidade e inclusão, reforçando competências críticas, sociais e interculturais que favoreçam a participação ativa, a coesão social e a construção de uma comunidade mais justa e democrática.

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
1) Desenvolver competências de cidadania democrática	- Integração de módulos de cidadania e participação ativa nos currículos escolares; - Sessões de simulação parlamentar e municipal jovem; - Programas de voluntariado educativo ligados a cidadania e direitos humanos.	- Município - CMJ - Escolas/Agrupamentos IPCB - Associações de estudantes - ONG de educação para a cidadania
2) Promover a igualdade de género e a inclusão social	- Campanhas anuais de sensibilização sobre igualdade de género e combate à discriminação; - Oficinas de liderança feminina e capacitação para jovens mulheres; - Programas de integração de jovens migrantes e de minorias; - Ações formativas de capacitação para o exercício dos direitos de acesso a serviços e recursos públicos dirigidas a jovens migrantes, refugiados, em situação de vulnerabilidade social, desempregados, com deficiência e necessidades especiais.	- Município - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) - IPDJ - Escolas/IPCB - Associações culturais e de desenvolvimento social - IPPS e ONG - Rede Social de CB
3) Reforçar a literacia digital, mediática e crítica	- Workshops de combate à desinformação e discurso de ódio online; - Formação em literacia mediática e pensamento crítico; - Projetos de jornalismo escolar e media jovem.	- Município - Escolas/Agrupamentos - IPCB - Clubes de comunicação social escolar - Associações juvenis - Associações culturais e desportivas - IPPS e ONG - Rede Social de CB

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
4) Sensibilizar para os direitos humanos, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental	- Comemoração de dias internacionais (Direitos Humanos, Diversidade Cultural, Tolerância); - Intercâmbios culturais e escolares nacionais e internacionais; - Programas educativos sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	- Município - CMJ - Escolas e IES - Associações juvenis - ONG de direitos humanos - Redes internacionais (Erasmus+, Eurodesk)
5) Valorizar a educação não formal e a aprendizagem ao longo da vida	- Certificação de competências adquiridas em voluntariado, associativismo e projetos comunitários; - Criação de Passaporte Jovem Municipal que registe aprendizagens formais e não formais; - Parcerias entre escolas, instituições de ensino superior e associações juvenis para formação contínua; - Promoção de parcerias para programas de educação não formal de teor profissionalizante nas freguesias mais rurais e dirigidos a grupos de jovens migrantes e em situação de vulnerabilidade.	- Município - Escolas - IPCB - Juntas de Freguesia - IPDJ - IEFP - Associações juvenis - Associações culturais - ONG de formação não formal

O segundo eixo do PMJ-CB centra-se na educação e formação como bases estruturantes para o exercício da cidadania plena e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. O objetivo geral consiste em promover a igualdade de oportunidades, combater estereótipos e discriminações e reforçar competências pessoais, sociais e cívicas que permitam aos jovens participar de forma ativa e informada na vida comunitária. Entre os objetivos específicos encontram-se a valorização da educação formal e não formal, a promoção da igualdade de género, a sensibilização para os direitos humanos, a diversidade sociocultural e a sustentabilidade ambiental, bem como o desenvolvimento de programas de capacitação em cidadania digital e literacia mediática.

As linhas de ação incluem o reforço das parcerias com escolas e universidades, a implementação de oficinas de cidadania em contextos educativos e associativos, a dinamização de campanhas de promoção da igualdade e da diversidade, bem como a criação de projetos de voluntariado e intervenção social orientados para a comunidade. Neste eixo, os atores envolvidos são o Município, agrupamentos escolares, instituições de ensino superior, associações juvenis, organizações não-governamentais, movimentos sociais, coletivos culturais e entidades ligadas à educação não formal. A cooperação entre estes diferentes agentes será essencial para construir uma rede educativa e social que potencie a formação integral dos jovens, tornando-os cidadãos mais críticos, inclusivos e comprometidos com a transformação positiva do território.

EIXO 3 | Município Dinâmico

Emprego, Empreendedorismo, Inovação e Atividade Criativa

Objetivo geral: Promover a inserção profissional e o desenvolvimento de competências empreendedoras e criativas dos jovens de Castelo Branco, incentivando a inovação, a criação de emprego qualificado e a valorização dos setores industriais com enraizamento histórico no concelho, das indústrias culturais e criativas e do aproveitamento sustentável dos recursos naturais e patrimoniais como motores de desenvolvimento económico e social.

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
1) Reforçar a empregabilidade e a transição para o mercado de trabalho	- Criação de um Gabinete Municipal de Emprego Jovem; - Programas de estágios locais em articulação com empresas; - Feira do Emprego e Empreendedorismo Jovem; - Feiras municipais de emprego e orientação profissional, em colaboração com escolas, empresas e associações empresariais.	- Município - IEFP - Empresas locais e associações empresariais - IPCB - Centro de Empresas Inovadoras (CEI) - Escolas profissionais
2) Incentivar o empreendedorismo jovem	- Programa StartJovem CB de apoio a ideias de negócio; - Bolsas municipais para projetos empreendedores; - Concursos anuais de ideias e prémios de inovação; - Programa INVEST CB para start-ups juvenis.	- Município - CEI - Incubadoras e hubs de inovação - Associações empresariais - Associações culturais - Startups locais - IPDJ
3) Apoiar a inovação e o desenvolvimento de competências digitais	- Oficinas de programação, robótica e inteligência artificial; - Programas de cocriação e hackathons municipais; - Laboratórios de inovação social para jovens; - Dinamização do Study and Work Center com workshops e exposições formativas sobre inovação, tecnologias digitais, indústrias criativas, turismo criativo.	- Município - CEI - IPCB - Escolas - Associações culturais - Empresas tecnológicas - Centros de investigação

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
4) Valorizar as indústrias culturais e criativas e as atividades artísticas	- Criação de um Espaço Criativo Jovem para coworking e produção artística; - Programas de apoio a artistas e coletivos jovens que valorizem de forma sustentável o património natural e cultural do concelho e região envolvente e envolvam ativamente as comunidades das freguesias rurais; - Festivais e mostras de arte jovem no concelho.	- Município - Associações culturais - Criadores independentes - Equipamentos culturais do Município - Empresas culturais
5) Promover redes de cooperação e internacionalização	- Plataforma colaborativa de partilha de informação e iniciativas entre Município, IPCB, escolas, associações empresariais e associações culturais, com fóruns anuais; - Projetos de intercâmbio europeu (Erasmus+, Eurodisseia); - Geminações e parcerias com outros Municípios; - Apoio à participação de jovens em feiras e eventos internacionais de inovação e criatividade.	- Município - Redes internacionais de juventude - IPDJ - IPCB - Organizações de cooperação europeia - Associações juvenis

O terceiro eixo do PMJ-CB procura responder a uma das maiores preocupações da juventude: o acesso a emprego digno, a oportunidades de desenvolvimento profissional e à possibilidade de transformar ideias em projetos inovadores. O objetivo geral é promover a empregabilidade e o espírito empreendedor dos jovens, incentivando também a criatividade como motor de inovação social, cultural e económica. Entre os objetivos específicos, destacam-se o estímulo ao empreendedorismo jovem, a criação de redes de apoio a incubação de ideias, a valorização das indústrias culturais e criativas, o incentivo a projetos que valorizem os patrimónios naturais e culturais da região e envolvam ativamente as comunidades das freguesias mais rurais, a promoção de competências digitais e tecnológicas que reforcem a competitividade no mercado de trabalho.

As linhas de ação preveem a realização de programas de formação em competências-chave, o incentivo à criação de startups juvenis e de projetos cooperativos, a implementação de feiras e mostras de inovação juvenil, bem como a dinamização de laboratórios criativos que unam arte, tecnologia e sustentabilidade. Os atores a envolver neste eixo incluem o Município, associações empresariais, instituições de ensino superior e profissional, incubadoras e centros de inovação, associações culturais e criativas, bem como empresas locais e regionais dispostas a acolher e apoiar jovens talentos. A articulação entre estes diferentes parceiros permitirá criar um ecossistema favorável à inovação e ao empreendedorismo juvenil, capaz de gerar novas oportunidades e de fixar os jovens no concelho.

EIXO 4 | Município com Qualidade de Vida

Habitação, Condições de Vida, Vida no Espaço Público, Mobilidade

Objetivo geral: Assegurar que os jovens de Castelo Branco dispõem de condições de vida dignas e sustentáveis, promovendo o acesso à habitação, a qualidade e inclusão nos espaços públicos e soluções de mobilidade seguras e eficientes, que reforcem a sua autonomia e bem-estar no concelho.

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
1) Facilitar o acesso dos jovens à habitação	- Programa Municipal de Arrendamento Jovem com rendas acessíveis; - Reabilitação de imóveis municipais para alojamento estudantil e jovem; - Parcerias com proprietários privados para rendas apoiadas.	- Município - Juntas de Freguesia - IPCB - Associações de estudantes - Promotores imobiliários
2) Melhorar as condições de vida dos jovens no concelho	- Atribuição de bolsas sociais e apoios municipais (transportes, alimentação, material escolar); - Cartão Municipal Jovem; - Apoio a serviços de saúde e bem-estar direcionados para jovens, com incidência na saúde mental e apoio psicológico.	- Município - Juntas de Freguesia - IPDJ - Escolas/Agrupamentos - Serviços de Ação Social - ULS de CB - IPSS e ONG locais
3) Qualificar e dinamizar o espaço público para a juventude	- Implementação de passes de transporte jovem com tarifas reduzidas; - Expansão de ciclovias e sistemas de mobilidade suave (bicicletas, trotinetes); - Campanhas de sensibilização para mobilidade sustentável; - Melhoria dos transportes interurbanos para estudantes e trabalhadores jovens (circuitos, horários).	- Município - Empresas de transporte público - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa - Escolas - IPCB - Associações juvenis

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
4) Reforçar a mobilidade acessível, segura e sustentável	- Implementação de passes de transporte jovem com tarifas reduzidas; - Expansão de ciclovias e sistemas de mobilidade suave (bicicletas, trotinetes); - Campanhas de sensibilização para mobilidade sustentável; - Melhoria dos transportes interurbanos para estudantes e trabalhadores jovens (circuitos, horários).	- Município - Empresas de transporte público - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa - Escolas - IPCB - Associações juvenis
5) Promover a sustentabilidade ambiental e o direito à cidade	- Programas de participação jovem no planeamento urbano; - Projetos de sustentabilidade energética em edifícios municipais frequentados por jovens; - Campanhas de educação ambiental ligadas à vida urbana.	- Município - CMJ - Juntas de Freguesia - ONG ambientais - Escolas - IPCB - Empresas de energia - Associações juvenis

O quarto eixo do PLJ-CB está orientado para garantir condições de vida dignas e sustentáveis aos jovens, criando um Município mais habitável, inclusivo e amigo da juventude. O objetivo geral passa por reforçar a qualidade de vida, através do acesso a habitação condigna, da valorização dos espaços públicos, da promoção de eventos para lazer e sociabilidade juvenil e da promoção de uma mobilidade sustentável, acessível e segura. Os objetivos específicos incluem facilitar o acesso dos jovens à habitação, fomentar estilos de vida saudáveis, qualificar os espaços e os eventos urbanos de encontro e lazer e desenvolver políticas de mobilidade que respondam às necessidades do quotidiano juvenil. Especial atenção merece a mobilidade dentro do espaço do concelho e a acessibilidade dos jovens residentes nas freguesias rurais aos recursos e equipamentos localizados na cidade.

As linhas de ação integram medidas como o incentivo a programas de arrendamento acessível para jovens, o reforço dos programas de construção de habitação pública, a melhoria da oferta de transportes públicos e da mobilidade suave (bicicletas, trotinetes, percursos pedonais), a criação de espaços públicos inclusivos e atrativos, bem como a dinamização de campanhas de promoção da saúde mental e do bem-estar. Neste eixo, os atores a envolver são o Município, Juntas de Freguesia, associações juvenis e desportivas, instituições de saúde, empresas de transportes, promotores imobiliários, organizações ambientais e universidades. O trabalho articulado destes parceiros permitirá criar um concelho que oferece aos jovens não apenas melhores condições materiais de vida, mas também um ambiente urbano mais saudável, seguro e participativo.

EIXO 5 | Município Inclusivo

Diversidade Sociocultural, Equidade, Igualdade, Integração Social

Objetivo geral: Promover um Município inclusivo, que valoriza a diversidade sociocultural e assegura a equidade, a igualdade de oportunidades e a integração social dos jovens de Castelo Branco, garantindo o respeito pelos direitos humanos e fortalecendo a coesão comunitária.

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
1) Promover a igualdade de oportunidades para todos os jovens	- Criação de programas de apoio a jovens em situação de vulnerabilidade social; - Bolsas municipais para jovens em risco de exclusão; - Apoio a projetos de capacitação para autonomia e empregabilidade, dirigidos prioritariamente a jovens em situação de vulnerabilidade, com deficiência e necessidades especiais, migrantes, refugiados e de minorias étnicas.	- Município - Juntas de Freguesia - Rede Social de CB - IPDJ - Associações culturais, desportivas e de desenvolvimento social - IPSS e ONG locais - Escolas/IPCB - Serviços de Ação Social
2) Valorizar a diversidade cultural e identitária	- Programas interculturais em escolas e espaços comunitários; - Festivais e encontros de diversidade cultural; - Projetos de jovens em diáspora e comunidades migrantes; - Integrar o tema da diversidade cultural na Semana Municipal da Juventude.	- Município - Juntas de Freguesia - Associações culturais e de desenvolvimento social - Escolas/Agrupamentos - IPCB - ONG de direitos humanos
3) Combater todas as formas de discriminação	- Campanhas municipais contra o racismo, xenofobia, sexismo e homofobia; - Observatório Local da Igualdade e Inclusão; - Ações de formação sobre direitos humanos e diversidade.	- Município - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - Associações culturais e de desenvolvimento social - Rede Social de CB - IPDJ - ONG de direitos humanos - Escolas/IPCB

Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação	Atores a Envolver
4) Reforçar a integração social de jovens migrantes, refugiados e minorias	- Programas de mentoria e tutoria entre pares; - Apoio linguístico e cultural para jovens migrantes; - Criação de espaços de encontro intercultural juvenil.	- Município - Juntas de Freguesia - Rede Social de CB - Associações culturais, desportivas e de desenvolvimento social - ONG locais - Escolas/Agrupamentos
5) Promover a participação cívica inclusiva	- Garantir acessibilidade física, digital e comunicacional nos processos participativos; - Criação de mecanismos de participação de jovens com deficiência; - Fóruns municipais para escuta ativa de jovens em situação de vulnerabilidade.	- Município - CMJ - Associações juvenis - Associações de pessoas com deficiência - IPDJ

O quinto eixo do PMJ-CB coloca no centro das políticas locais a promoção da inclusão, da igualdade e do respeito pela diversidade como valores estruturantes de uma comunidade democrática.

O objetivo geral é garantir que todos os jovens, independentemente da sua origem, condição socioeconómica, identidade de género, orientação sexual ou situação pessoal, tenham acesso a iguais oportunidades de participação e desenvolvimento. Entre os objetivos específicos destacam-se a valorização da diversidade cultural, o combate às discriminações, a promoção da equidade e o reforço da coesão social, assegurando que nenhum jovem é deixado de fora.

As linhas de ação incluem a dinamização de campanhas de sensibilização contra o racismo, a xenofobia e todas as formas de exclusão e discriminação, a criação de programas de integração para jovens migrantes e em situação de vulnerabilidade, o apoio a iniciativas culturais e artísticas que expressem a diversidade local e a implementação de políticas de igualdade de género e não discriminação.

Os atores a envolver são o Município, as Juntas de Freguesia, o Conselho Municipal da Juventude, associações juvenis e culturais, coletivos ligados à defesa dos direitos humanos, instituições de solidariedade social, escolas e universidades, bem como organismos governamentais especializados na promoção da igualdade e da inclusão. Através da articulação destes parceiros, o Município procura construir uma comunidade juvenil mais coesa, solidária e plural, onde todos se sintam parte ativa e reconhecida no projeto coletivo de Castelo Branco.



Conclusão



O Plano Municipal de Juventude de Castelo Branco representa um compromisso claro e assumido com a juventude do concelho. Mais do que um documento estratégico, trata-se de um instrumento vivo de orientação política e de mobilização comunitária, que valoriza o papel dos jovens como agentes de mudança e protagonistas do futuro coletivo.

Ao longo dos cinco eixos estratégicos que estruturam este plano — participação cívica e política; educação e cidadania; emprego, empreendedorismo e inovação; qualidade de vida e mobilidade; diversidade e inclusão — foram definidos objetivos e linhas de ação que procuram responder de forma integrada às necessidades, desafios e expectativas dos jovens albicastrenses. Esta abordagem multisetorial reflete a convicção de que a juventude deve ser entendida na sua pluralidade e complexidade, num quadro que combina políticas educativas, sociais, culturais, económicas, territoriais e ambientais.

Este plano é também o reflexo de um processo participado, no qual as vozes dos jovens foram ouvidas e integradas. O Município assume, assim, a vontade de governar com os jovens, reconhecendo o seu direito a serem ouvidos, a intervirem nos processos de decisão e a contribuírem ativamente para a construção de um concelho mais justo, dinâmico e inclusivo.

A conclusão deste documento é também, por isso, um ponto de partida. O verdadeiro sucesso deste plano dependerá da sua concretização prática, da monitorização dos seus resultados e, sobretudo, da capacidade de manter viva a participação juvenil em todas as fases do processo. Mais do que metas ou indicadores, está em causa a criação de um ambiente favorável para que cada jovem de Castelo Branco possa desenvolver o seu projeto de vida com dignidade, oportunidades e esperança.

Referências Bibliográficas

- Allegretti, G.; Silva; M. A. L; Freitas, F. (2012). Experiências participativas da juventude em Portugal: reflexões emergentes do caso do OPJ da Trofa. O público e o privado, 20: 115-205.
- Augusto Mateus e Associados, Lda. (2015). Estratégia de desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2007). Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2016). Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2023). Relatório de execução do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (setembro 2022 a agosto 2023). Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB; Rede Social do Concelho de Castelo Branco (2022). Diagnóstico social de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro branco da Comissão Europeia: um novo impulso à juventude. Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2025). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativo à implementação da estratégia da UE para a juventude (2022-2024). Comissão Europeia.
- Conselho da Europa (2015). Revised European Chart on the Participation of Young People in Local and Regional Life. Conselho da Europa.
- Conselho da União Europeia (2018). Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027. Jornal Oficial da União Europeia. C 456 de 18/12/2018: 1-22.
- Costa, P. (2020). A participação política da juventude em Portugal em 2020. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, N. (coord.) (2024). Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem em Portugal. Instituto Português do Desporto e Juventude.
- Dínamo - Associação de Dinamização Sócio-Cultural (2015). Faz-te ouvir. Manual sobre a Carta Europeia Revista sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional. Dínamo.
- FNAJ (2012). Declaração de Braga sobre políticas autárquicas de juventude. Federação Nacional das Associações Juvenis.
- FNAJ (2019). Plano nacional de políticas locais de juventude. Federação Nacional das Associações Juvenis.
- UN (2016). World Youth Report. Young Civic Engagement. United Nations.
- UN (2024). Youth 2030. First Interim Report. United Nations Youth Office.
- Allegretti, G.; Silva; M. A. L; Freitas, F. (2012). Experiências participativas da juventude em Portugal: reflexões emergentes do caso do OPJ da Trofa. O público e o privado, 20: 115-205.
- Augusto Mateus e Associados, Lda. (2015). Estratégia de desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.

- CMCB (2007). Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2016). Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2023). Relatório de execução do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (setembro 2022 a agosto 2023). Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB; Rede Social do Concelho de Castelo Branco (2022). Diagnóstico social de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). Livro branco da Comissão Europeia: um novo impulso à juventude. Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2025). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativo à implementação da estratégia da UE para a juventude (2022-2024). Comissão Europeia.
- Conselho da Europa (2015). Revised European Chart on the Participation of Young People in Local and Regional Life. Conselho da Europa.
- Conselho da União Europeia (2018). Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027. Jornal Oficial da União Europeia. C 456 de 18/12/2018: 1-22.
- Costa, P. (2020). A participação política da juventude em Portugal em 2020. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, N. (coord.) (2024). Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem em Portugal. Instituto Português do Desporto e Juventude.
- Dínamo - Associação de Dinamização Sócio-Cultural (2015). Faz-te ouvir. Manual sobre a Carta Europeia Revista sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional. Dínamo.
- FNAJ (2012). Declaração de Braga sobre políticas autárquicas de juventude. Federação Nacional das Associações Juvenis.
- FNAJ (2019). Plano nacional de políticas locais de juventude. Federação Nacional das Associações Juvenis.
- UN (2016). World Youth Report. Young Civic Engagement. United Nations.
- UN (2024). Youth 2030. First Interim Report. United Nations Youth Office.



Câmara Municipal
**CASTELO^U
BRANCO**

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA